



Plano Estratégico - Moçambique

2021 – 2025



LIGHT
FOR THE WORLD

ÍNDICE

A. ACERCA DA LIGHT FOR THE WORLD	4
B. NOTAS METODOLÓGICAS	5
C. HISTÓRIA DA LIGHT FOR THE WORLD EM MOÇAMBIQUE	6
D. PROGRAMA DE MOÇAMBIQUE	8
1. SAÚDE OCULAR	8
2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	12
3. EMPODERAMENTO ECONÓMICO INCLUSIVO	16
4. INCLUSÃO DA DEFICIÊNCIA EM OUTRAS ÁREAS	18
5. REABILITAÇÃO MÉDICA	19
6. ACÇÃO HUMANITÁRIA	20
E. FOCO GEOGRÁFICO	21
F. GLOSSÁRIO.	23



A. ACERCA DA LIGHT FOR THE WORLD

A Light for the World é uma organização global de desenvolvimento que capacita as pessoas com deficiência e apoia os serviços de saúde ocular em países de baixa renda. A nossa história - na melhoria dos sistemas de saúde, criação das condições favoráveis de educação para todos, e ampliação das vozes das pessoas com deficiência - estende-se por três décadas. Igualmente trabalhamos incansavelmente para fortalecer todo o sistema através de estabelecimento de parcerias fortes e duradouras.

Ademais, estamos focados nas pessoas com deficiência que enfrentam múltiplas barreiras, incluindo crianças, mulheres, comunidades rurais e pessoas atingidas por catástrofes. Concentramo-nos em países seleccionados onde a necessidade é maior de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano, e onde acreditamos que podemos conseguir uma mudança do sistema a longo prazo através do fortalecimento da estrutura social, económica, de saúde e educação existente, de modo a alcançar os que mais necessitam dos serviços por longos anos.

A monitoria, avaliação e pesquisa aplicada orientada para os resultados é crucial para nós. Utilizamos-la para aprender e adaptar continuamente os nossos programas, a fim de assegurar a máxima eficácia.

B. NOTAS METODOLÓGICAS

Este Plano Estratégico foi desenvolvido utilizando o método de Mapeamento de Resultados. O Mapeamento de Resultados centra-se nas mudanças de comportamento das pessoas, grupos e organizações influenciadas por um programa. A Light for the World adoptou e adaptou esta metodologia para a elaboração e desenvolvimento deste e de outros cinco planos estratégicos nacionais para o período 2021-2025, que foram elaborados no primeiro e segundo trimestres de 2021. Uma característica central desta metodologia é a identificação dos principais actores do sistema (parceiros de implementação) e a formulação de Desafios dos Resultados para cada um deles.

O Plano Estratégico para Moçambique 2021-2025 foi intencionalmente concebido para influenciar e sistematicamente monitorar e avaliar o progresso em relação a mudança de sistemas complexos. Após o desenvolvimento de directrizes e modelos derivados do Mapeamento de Resultados, os funcionários da Light for the World do Escritório Nacional de Moçambique trabalharam em conjunto com peritos internacionais para definir a Visão, Missão e Resultados previstos em termos de mudança de sistemas e prestação de serviços.

Paralelamente ao desenvolvimento do Plano Estratégico, foram desenvolvidos quadros de monitoria e avaliação (M&A) globais e nacionais alinhados com os Meios de Verificação de Progresso para cada um dos Desafios dos Resultados. Isso permitirá à Light for the World e aos nossos parceiros monitorar, avaliar e aprender sistematicamente com o progresso que fazemos em relação a mudança dos sistemas em matéria de cuidados oculares, educação inclusiva e empoderamento económico inclusivo.

C. HISTÓRIA DA LIGHT FOR THE WORLD EM MOÇAMBIQUE

A Light for the World tem vindo a apoiar os serviços de saúde ocular e a remoção de barreiras que impedem a inclusão da deficiência em Moçambique desde 1998. O nosso escritório nacional abriu em 2003.

Estamos orgulhosos da nossa abordagem de mudança de sistemas, onde promovemos cuidados oculares de qualidade centrados nas pessoas em seis das onze Províncias de Moçambique. Desde a saúde ocular de criança - incluindo escolas - e glaucoma até ao nível de saúde ocular comunitária, bem como o desenvolvimento de recursos humanos, trabalhamos de mãos dadas com o Ministério da Saúde, profissionais de saúde ocular, professores e agentes polivalentes elementares (APEs) de saúde locais.

A Light for the World e os nossos parceiros em Moçambique são pioneiros na educação inclusiva para crianças com deficiência. Ao trabalhar em estreita colaboração com o governo e vários parceiros locais de confiança, estamos constantemente avançando o sistema de educação com vista a proporcionar uma aprendizagem de qualidade para todos.

Também promovemos o empoderamento económico das pessoas com deficiência em Moçambique, com ênfase na formação técnico-vocacional e profissional, bem como no auto-emprego.

Algumas das principais realizações graças ao nosso apoio nos últimos cinco anos (2015-2020) são:

- ▶ Inclusão de quadros-chaves de saúde ocular na Estratégia de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Ministério da Saúde.
- ▶ Integração de dados sobre saúde ocular no Sistema de Informação de Saúde para Monitoria e Avaliação (SISMA) do Ministério da Saúde.
- ▶ Início de uma parceria com o Ministério da Educação ligada ao Programa de Saúde Ocular de Crianças, tendo em vista o impacto a nível escolar.
- ▶ Fortalecimento do Centro de Formação de Professores ADPP em Nhamatanda para se tornar um centro especializado em educação inclusiva através de bolsas de estudo, materiais didáticos e uma série de cursos de formação.

- ▶ Contribuição significativa para a elaboração da Estratégia Nacional de Educação Inclusiva.
- ▶ Programas de Inclusão da Deficiência no Desenvolvimento Comunitário (IDDC) que identificam; apoiam e encaminham com sucesso as crianças com deficiência para as escolas.
- ▶ Fortalecimento do departamento de educação inclusiva na Direcção Provincial de Educação em Sofala.
- ▶ Desenvolvimento de dois centros de formação técnico-vocacional e profissional (CFP) inclusivos para jovens com deficiência, o que permitiu a formação de 290 pessoas com deficiência.
- ▶ Desenvolvimento da capacidade técnica em inclusão da deficiência em Moçambique através de Assessores Locais de Inclusão da Deficiência e Facilitadores de Inclusão da Deficiência que prestam apoio técnico sobre inclusão da deficiência a outras organizações interessadas na inclusão de pessoas com deficiência nas áreas de desenvolvimento assim como de ajuda humanitária.
- ▶ Apoio na avaliação dos serviços de reabilitação nacional no âmbito da iniciativa de Reabilitação 2030 da OMS e o subsequente exercício de planeamento estratégico.
- ▶ Assegurada uma resposta humanitária inclusiva em matéria de deficiência no rescaldo do Ciclone Idai (2019) com a plena participação de Organizações de Pessoas com Deficiência (OPD).
- ▶ Documentação do grau de exclusão das pessoas com deficiência durante a resposta humanitária com a iniciativa de pesquisa “Aid out of Reach (ajuda fora do alcance)”.





D. PROGRAMA DE MOÇAMBIQUE

1. SAÚDE OCULAR

1.1. Nossa Visão

A Estratégia para a área de Saúde Ocular tem a seguinte Visão:

Toda a população de Moçambique, incluindo crianças, mulheres, pessoas com deficiência e a população rural, tem acesso universal e equitativo aos serviços de saúde ocular de qualidade a preços acessíveis. A abordagem centrada nas pessoas reduz ainda mais as barreiras para o acesso à saúde ocular. As mulheres têm acesso aos serviços de saúde ocular ao mesmo ritmo ou a um ritmo mais elevado do que os homens. Mesmo as mais difíceis de alcançar, por exemplo as crianças que estão fora da escola, são cobertas pelos serviços de saúde ocular e é activamente assegurado que ninguém, especialmente nenhuma criança, seja deixada para trás e se torne desnecessariamente uma pessoa cega ou com deficiência visual em Moçambique. As pessoas nas comunidades, pais e encarregados de crianças estão conscientes das condições de saúde ocular e sabem onde e como procurar diagnóstico e tratamento. Os actores a nível comunitário, tais como programas baseados na comunidade, voluntários e actores dos cuidados primários de saúde ou médicos tradicionais, promovem activamente a saúde ocular nas suas comunidades.

O Programa Nacional de Saúde Ocular em Moçambique é totalmente funcional e integrado e o Ministério da Saúde monitora, dirige e assegura activamente a qualidade dos seus serviços desde a comunidade, passando pelo nível distrital e provincial, até ao nacional. A garantia de qualidade dos serviços de saúde ocular liderada pelo governo, inclui a recolha e utilização de toda variedade de indicadores relacionados com os cuidados oculares, incluindo os relevantes para a saúde ocular de criança, no âmbito do SISMA, bem como a monitoria e supervisão regular dos resultados de cirurgias de cataratas. O Ministério da Saúde (MISAU) utiliza os dados do SISMA para a tomada de decisões e alocação de recursos.

Existe um Plano Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos de Saúde (PNDRHS) para a área de Saúde Ocular claro, que está totalmente integrado no plano de PNDRHS, e é adequadamente financiado pelo

governo, assegurando deste modo o cumprimento dos rácios recomendados pela OMS de quadros de saúde ocular por população, a todos os níveis.

A prestação de serviços de saúde ocular públicos é de natureza abrangente, uma vez que cobre todo o espectro de cuidados - desde a promoção da boa saúde e prevenção até à reabilitação e provisão de dispositivos de assistência; assegura que o maior número possível de doenças e condições oculares sejam tratados; assim como a existência de estratégias de mobilização e sistemas de referência para que os serviços estejam disponíveis nas áreas rurais e urbanas. Os serviços subespecializados, tais como de saúde ocular de criança e glaucoma, estão integrados no sistema de saúde pública, com mecanismos eficazes de identificação e referência, bem como um sistema funcional e auto-sustentável para o fornecimento de óculos de vista. Existem equipas de cuidados de saúde ocular pediátricas totalmente equipadas e a funcionar de acordo com a recomendação da OMS, de pelo menos 1 por 10 milhões de habitantes em todo o país.

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) assegura que os exames oculares gratuitos antes das matrículas escolares são obrigatórios e acessíveis. A saúde ocular escolar é adoptada no currículo de saúde escolar e faz parte dos planos de aula para melhorar a compreensão. A saúde ocular escolar é ensinada de forma eficaz nos centros e institutos de formação de professores.

1.2. Abordagem do Programa de Saúde Ocular

Para contribuir para o impacto previsto, o programa irá trabalhar com o Programa Nacional de Saúde Ocular do Ministério da Saúde para desenvolver e implementar uma nova estratégia nacional de saúde ocular com uma abordagem centrada nas pessoas e foco nos cuidados primários de saúde e na comunidade que visa especificamente os mais difíceis de alcançar (particularmente mulheres, população rural, crianças que entram e saem da escola e pessoas com deficiência) com vista a assegurar o acesso universal aos cuidados oculares de qualidade.

No campo de Saúde Ocular de Criança, o programa irá trabalhar no sentido de:

- ▶ Apoiar o desenvolvimento de capacidades com vista aumentar os conhecimentos profissionais dos provedores de cuidados de saúde de nível médio sobre saúde ocular de criança, detecção precoce, intervenção e referência e dos oftalmologistas através da concessão de bolsas para subespecialização em oftalmologia pediátrica.
- ▶ Integração da saúde ocular escolar no currículo de formação em pré-serviço dos professores e realização de iniciativas de saúde ocular escolar em pelo menos 16 distritos com o MINEDH, em estreita colaboração com o MISAU.
- ▶ Estabelecimento, apetrechamento com equipamento e assegurar total integração de pelo menos mais uma unidade de cuidados oculares pediátricos dentro do sistema nacional de saúde existente dentro dos próximos três anos (até 2023).
- ▶ Introdução de novas parcerias público-privadas (PPP) nas unidades sanitárias públicas com vista assegurar de forma sustentável a prestação de serviços de provisão de óculos de vista.
- ▶ Advocacia e apoio ao MINEDH para integrar a saúde ocular escolar no seu programa de saúde escolar.
- ▶ Coordenação activa com outros actores de saúde escolar com vista a assegurar uma abordagem integrada da saúde ocular nas escolas.
- ▶ No campo da Glaucoma, o programa irá trabalhar no sentido de:
- ▶ Estabelecimento, apetrechamento com equipamento e assegurar total integração de pelo menos duas unidades de oftalmologia para glaucoma nos Hospitais Centrais de Maputo e da Beira.
- ▶ Apoiar, juntamente com as unidades especializadas em glaucoma, o desenvolvimento e implementação de mecanismos de mobilização, rastreio e referência para tratamentos e gestão de casos de glaucoma.

- ▶ O programa irá apoiar o Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde Ocular em conjunto com o Ministério da Saúde através de:
- ▶ Promoção da cooperação com organismos internacionais como a Faculdade de Oftalmologia da África Central e Austral (COECSA) e a Agência Internacional para a Prevenção da Cegueira (IAPB) com vista aumentar a qualidade da formação de médicos oftalmologistas no país.
- ▶ Avanço na institucionalização de programas de formação nas instituições de formação estabelecidas.
- ▶ Apoio na especialização e subespecialização da formação de oftalmologistas (com enfoque nos cuidados oculares pediátricos e glaucoma) de acordo com os padrões internacionais de qualidade, e assegurar à igualdade de acesso das mulheres às profissões de saúde ocular.
- ▶ Fornecimento de orientação técnica sobre o funcionamento dos Planos de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde Ocular.
- ▶ Fortalecimento dos centros de formação nacionais (formação em residências médicas e formação de técnicos de oftalmologia) para melhorar a qualidade da formação. Isto inclui o desenvolvimento curricular, formação subespecializada de professores de oftalmologia e apoio às infraestruturas necessárias.

O programa irá promover e facilitar a coordenação entre os actores da saúde ocular, incluindo outras ONGs de saúde ocular, organismos profissionais e, quando apropriado, também provedores privados, com vista assegurar uma abordagem coerente e harmonizada de advocacia e implementação de um serviço público de saúde ocular integrado em Moçambique.

O programa irá prestar apoio técnico para melhorar os dados nacionais do Sistema de Informação da Saúde para Monitoria e Avaliação (SISMA) a nível nacional, bem como introduzir a monitoria regular dos resultados cirúrgicos das cataratas e indicadores relativos à saúde ocular de criança nas províncias apoiadas pela Light for the World. Igualmente, o programa irá defender um maior investimento do governo na saúde ocular, especialmente para as províncias sem apoio de organizações não governamentais internacionais (ONGI), a fim de assegurar a sustentabilidade a longo prazo do Programa Nacional de Saúde Ocular. Ademais, o programa vai basear-se na pesquisa qualitativa e/ou quantitativa sobre saúde ocular e orientação de política internacional, incluindo o Relatório Mundial sobre Visão, para formular recomendações precisas e apresentar dados precisos e sólidos para a advocacia a nível governamental. Portanto, o programa irá apoiar as iniciativas provinciais de saúde ocular em Sofala, Tete, Zambézia, Niassa e Cabo Delgado com equipamento e consumíveis, apoio às actividades de brigadas móveis, sensibilização, formação dos APes e trabalhadores de saúde primária para gerar a demanda e a provisão de serviços de saúde ocular a nível primário, integrados na estrutura geral do Sistema Nacional de Saúde. O programa irá igualmente reforçar as capacidades de gestão dos Coordenadores Provinciais de Saúde Ocular e das respectivas equipas.

1.3. Resultados esperados e parceiros

A nível do governo central:

- ▶ A Direcção Nacional de Assistência Médica (DNAM) dá prioridade e atribui um financiamento adequado ao Programa Nacional de Saúde Ocular, apoiando efectivamente as suas actividades.
- ▶ O Programa Nacional de Oftalmologia coordena e apoia de forma eficaz a implementação de programas de saúde ocular a nível provincial, desempenha um papel activo na advocacia de saúde ocular no MISAU e estende a sua acção a outras agências regionais e internacionais de saúde ocular (COECSA, OMS, IAPB).
- ▶ Tanto o Ministério da Saúde assim como o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano reconhecem a importância de saúde ocular de criança a nível nacional e, em conjunto, asseguram que a saúde ocular escolar seja parte integrante da saúde (geral) escolar.
- ▶ A Central de Medicamentos e Artigos Médicos (CMAM) do Ministério da Saúde conhece a demanda anual de consumíveis e equipamento para o Programa Nacional de Saúde Ocular e adquire medicamentos e

consumíveis essenciais para os cuidados oculares com base nas necessidades. A CMAM lidera, orienta e facilita o processo de importação de medicamentos e artigos médicos para a saúde ocular.

- ▶ A equipa responsável pelo SISMA recolhe, gere e reporta activamente dados de saúde ocular de todos os níveis do Sistema Nacional de Saúde, incluindo dados relevantes para a saúde ocular de criança.
- ▶ O Ministério da Saúde regula (define responsabilidades), aprova e integra novos quadros de saúde ocular no Sistema Nacional de Saúde. O Departamento de Recursos Humanos do Ministério da Saúde define as necessidades de RH (número de profissionais) para cada um dos quadros de saúde ocular e assegura a afectação de RH com base nas necessidades de todas as províncias.

A nível do governo provincial:

- ▶ As Autoridades Provinciais de Saúde oferecem serviços de saúde ocular abrangentes em todos os distritos de Sofala, Tete, Zambézia, Niassa e Cabo Delgado.
- ▶ As Autoridades Provinciais de Saúde apoiam a expansão da saúde ocular escolar, particularmente aos distritos com técnicos de oftalmologia e implementam iniciativas de saúde ocular escolar (SOE) que ajudam a criar um ambiente de trabalho favorável em estreita colaboração com as autoridades provinciais e distritais de educação;

A nível dos Hospitais Centrais da Beira e de Quelimane:

- ▶ Os Programas de Saúde Ocular Provincial e os Hospitais Centrais da Beira e de Quelimane gerem com sucesso parcerias público-privadas com ópticas privadas com vista a fornecer óculos de vista aos pacientes mais vulneráveis, incluindo os óculos de R2C.
- ▶ O Hospital Central de Quelimane presta serviços relativos à saúde ocular de criança de maior abrangência, actuando como referência nacional para a oftalmologia pediátrica.

A nível da comunidade:

- ▶ As ONGs comunitárias de saúde vêm a importância da saúde ocular primária e incluem a mobilização, sensibilização e controlo dos doentes/problemas de saúde ocular nos seus programas comunitários de saúde. Igualmente coordenam localmente com os programas distritais de saúde ocular.
- ▶ Os programas de reabilitação baseada na comunidade (RBC) / Programas de Inclusão da Deficiência no Desenvolvimento Comunitário (IDDC) e as organizações baseadas na comunidade referem activamente as crianças com deficiência para as escolas envolvidas no programa de saúde ocular escolar.





2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2.1. Nossa Visão

A Estratégia para a área de Educação Inclusiva prossegue a seguinte Visão:

Todas as raparigas e rapazes com deficiência em Moçambique têm acesso a cuidados de desenvolvimento da primeira infância e a um ensino pré e primário de qualidade, equitativo, acessível, num ambiente seguro onde a diversidade é tomada em consideração.

As raparigas e os rapazes com deficiência aprendem num ambiente seguro que cria um sentimento de pertença e reconhece e respeita as crianças de diversas origens. As metodologias de ensino centradas no aluno, que desafiam todos os alunos a actuar no seu maior potencial, estão em vigor e são activamente implementadas pelos professores.

Os Serviços de Desenvolvimento da Primeira Infância centrados na aprendizagem precoce garantem que raparigas e rapazes com deficiência estejam bem preparados para a sua carreira educacional. As raparigas e rapazes com deficiência são identificados numa idade muito precoce e recebem intervenções apropriadas. O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano assegura que todos os professores sejam formados em metodologias inclusivas e que tenham uma atitude correcta em relação às crianças com deficiência e as infraestruturas escolares são totalmente acessíveis.

Os professores são qualificados e têm competências e habilidades necessárias para aplicar as metodologias de ensino e aprendizagem inclusivas e recebem materiais de ensino e aprendizagem acessíveis; as tecnologias assistivas ou meios auxiliares (meios de compensação) estão disponíveis para crianças com deficiência, factor que concorre para a melhoria de seus resultados de aprendizagem.

Os pais, a comunidade e a comunidade escolar asseguram que as raparigas e os rapazes com deficiência tenham acesso ao seu direito à educação; acreditam no seu potencial de aprendizagem e se esforçam em criar um ambiente acolhedor e de apoio para as raparigas e rapazes com deficiência.

2.2. Abordagem do Programa de Educação Inclusiva

Em apoio à visão, o programa da área de educação inclusiva irá apoiar a implementação da Estratégia Nacional de Educação Inclusiva 2018-2028 do MINEDH através de:

- ▶ Desenvolvimento da capacidade do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano a nível provincial em Sofala (DPE) com vista a identificar e melhorar os instrumentos de recolha de dados sobre crianças com deficiência e realizar supervisão e prestar apoio às escolas no ensino inclusivo.
- ▶ Desenvolvimento das capacidades dos centros locais de formação de professores em metodologias de ensino e aprendizagem inclusivas para proporcionar um ambiente de aprendizagem adequado para a formação inclusiva de professores em pré-serviço e em serviço.
- ▶ Apoio ao desenvolvimento e fornecimento de materiais de ensino e aprendizagem acessíveis, incluindo as tecnologias assistivas ou meios auxiliares (meios de compensação) para melhorar os resultados de aprendizagem para raparigas e rapazes com deficiência.
- ▶ Apoio à identificação precoce, inscrição, retenção e progressão escolar de raparigas e rapazes com deficiência nas comunidades onde são implementados os programas de RBC/de Inclusão da Deficiência no Desenvolvimento Comunitário (IDDC) em Nhamatanda, Búzi, Gorongosa, Chibabava, Dondo e Beira.
- ▶ Contribuição na sensibilização sobre a educação inclusiva a nível comunitário, provincial e nacional para criar um ambiente acolhedor.
- ▶ No domínio do Desenvolvimento da Primeira Infância (DPI), para alcançar o impacto previsto, o programa irá:
- ▶ Fortalecer os programas de IDDC no serviços de desenvolvimento da primeira infância através do desenvolvimento de capacidades e espaços de aprendizagem baseados em jogos e apoio parental a todas as crianças, incluindo raparigas e rapazes com deficiência severa e intelectual a nível da comunidade.
- ▶ Envolver-se na advocacia nacional com vista aumentar o investimento no desenvolvimento inclusivo da primeira infância.

Para a componente de advocacia na educação inclusiva, o programa irá envolver-se nas seguintes questões, mas não se limitará a:

- ▶ Investir na formação de professores e na força de trabalho do sector de educação.
- ▶ Investir no desenvolvimento inclusivo da primeira infância.
- ▶ Implementar a Estratégia de Educação Inclusiva de Moçambique.
- ▶ Investir na acessibilidade dos edifícios escolares.

O programa reforçará as ligações entre a Direcção Provincial de Educação de Sofala, os programas de IDDC e o Centro de Formação de Professores da ADPP em Nhamatanda (centro de especialização em educação inclusiva) com vista assegurar um bom intercâmbio e uma aprendizagem baseada em conhecimentos e, em particular, orientação política para assegurar a inclusão das crianças com deficiência na educação.

Reconhecendo que os activistas/o pessoal de campo dos programas de IDDC têm muitas responsabilidades e não são especialistas em educação, portanto o programa irá reforçar a colaboração com a comunidade (escolas, famílias, pessoas com deficiência, líderes comunitários), concentrando-se na sensibilização para os direitos, inclusão, e o modelo social, bem como mobilizando e apoiando todos os envolvidos. Os pais conhecem melhor os seus próprios filhos e podem fornecer informações muito úteis aos professores. Os professores podem ajudar os pais a apoiar a aprendizagem em casa.

Ademais, o programa irá reforçar a Direcção Provincial de Educação de Sofala, incluindo os Serviços Distritais de Educação, com vista a desempenhar um papel de apoio às escolas em matéria de inclusão. O programa também irá apoiar as iniciativas de suporte de professor para professor, o que significa professores com conhecimentos/aptidões ou experiência em educação inclusiva, por exemplo, no ensino de Braille ou língua de sinais, vão deslocar-se às escolas para fornecer aconselhamento, recursos e apoio aos estudantes com deficiência auditiva, aos professores e à comunidade escolar.

O programa irá defender junto do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano a todos os níveis a inclusão das crianças com deficiência, porque responder à diversidade significa também reconhecer que as crianças com deficiência são muito diferentes umas das outras, mesmo que tenham deficiências semelhantes. Por exemplo, as pessoas com deficiência visual podem aceder ao currículo de diferentes maneiras: uma pessoa pode achar que os áudios são úteis, enquanto a outra pode achar o Braille mais útil. Algumas crianças com deficiência auditiva podem aprender melhor através da leitura labial, enquanto outras podem necessitar de apoio em língua de sinais.

2.3. Resultados esperados e Parceiros

A nível do governo central, o programa pretende que:

- ▶ O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano providencia formação a todos os professores em pré e em serviço sobre metodologias pedagógicas inclusivas e existe uma atitude correcta em relação à educação inclusiva para crianças com deficiência.
- ▶ O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano desenvolve e fornece materiais de ensino e aprendizagem acessíveis e inclusivos e assegura que os dados desagregados de crianças com deficiência estão disponíveis.

A nível do governo provincial, o programa pretende que:

- ▶ A Direcção Provincial de Educação promova uma abordagem centrada no aluno ou na criança, em que todos os processos e estruturas numa escola se centram no apoio a cada criança com vista aprender e participar, independentemente dos antecedentes ou deficiência da criança.
- ▶ A Direcção Provincial de Educação apoie proactivamente os parceiros e as autoridades distritais.
- ▶ A Direcção Provincial de Educação tem uma base de dados provincial sobre crianças com deficiência, que é utilizada nos processos de planificação e de tomada de decisões.
- ▶ O Centro de Formação de Professores da ADPP funcione como um centro de especialização, forneça recursos pedagógicos sobre educação inclusiva e apoie as escolas e os parceiros de educação em Sofala.
- ▶ O FAMOD defenda activamente a educação inclusiva para raparigas e rapazes com deficiência, monitore as actividades e participa no diálogo político para a inclusão.

A nível do Governo Distrital, o programa pretende que:

- ▶ Os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia prestem apoio às escolas, formação de professores em serviço e recolham dados desagregados de crianças com deficiência na escola.
- ▶ Os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia incluam intencionalmente as necessidades de educação inclusiva a nível local.
- ▶ Os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia promovem e abordam proactivamente as questões de acessibilidade dentro dos ambientes escolares com vista a criar um ambiente acolhedor e proporcionam a formação contínua de professores, sensibilização, recursos para professores e comunidade escolar, assegurando a inclusão de crianças/alunos com deficiência.

A nível da comunidade, o programa pretende que:

- ▶ Os programas de IDDC colaboram forte e proactivamente com os sistemas de ensino primário, com vista a tornar inclusivas as escolas dentro das comunidades, para apoiar as famílias e crianças com deficiência no acesso ao ensino primário na sua comunidade local, e para desenvolver e manter ligações entre a família, comunidade e as escolas.
- ▶ Os programas de IDDC identifiquem, referenciam crianças para o ensino pré-escolar e primário e realizam intervenções de Desenvolvimento da Primeira Infância (DPI) a crianças com deficiência a nível comunitário.

- ▶ Os programas de IDDC implementam actividades específicas (espaços de aprendizagem baseados em jogos, referência para os serviços de saúde e apoio parental, fornecimento de tecnologias assistivas ou meios auxiliares/compensação) para crianças com deficiência severa e intelectuais.
- ▶ Os programas de IDDC fornecem tecnologias assistivas ou meios auxiliares/compensação a nível da comunidade para estimular o acesso à inclusão na educação.





3. EMPODERAMENTO ECONÓMICO INCLUSIVO

3.1. Nossa Visão

A estratégia para a área de Empoderamento Económico Inclusivo é guiada pela seguinte Visão: Todas as mulheres e homens com deficiência e os seus familiares em Moçambique têm igual acesso às actividades de geração de renda e empoderamento económico (EE) que asseguram a sua vida independente e livre da pobreza.

O quadro legal do emprego (Ministério do Trabalho) é favorável à deficiência e apoia a inclusão de mulheres e homens com deficiência e dos seus familiares no mercado de trabalho. Todos os centros governamentais de formação técnico-profissional e vocacional são acessíveis e aplicam metodologias de ensino e aprendizagem inclusivas e têm um ambiente acolhedor que assegura resultados de educação e formação de qualidade.

Todas as mulheres e homens com deficiência têm igual acesso a oportunidades de microcrédito, emprego, auto-emprego e programas de subsistência para jovens, bem como formação baseada em competências com vista a assegurar a sua participação activa nas comunidades.

3.2. Abordagem do Programa de Empoderamento Económico

O programa de empoderamento económico irá contribuir para a visão supracitada através de:

- ▶ Advocacia junto do governo central (Ministério do Trabalho) para a criação de legislação que incentive o emprego de pessoas com deficiência, por exemplo através de incentivos fiscais; estabelecer uma quota (%) de mulheres e homens com deficiência no acesso ao emprego nos sectores público e privado.

- ▶ Adaptação e garantia de acessibilidade das infraestruturas e do material de ensino e aprendizagem dos centros públicos de formação técnico-profissional e vocacional.
- ▶ Desenvolvimento das capacidades dos formadores dos centros de formação técnico-profissional e vocacional em metodologias de ensino e aprendizagem inclusivas, a fim de proporcionar um ambiente de aprendizagem inclusiva adequado.
- ▶ Fornecimento de tecnologias assistivas ou meios auxiliares (meios de compensação) as pessoas com deficiência para melhorar os resultados da aprendizagem e a acessibilidade dos locais de formação e de trabalho.
- ▶ Apoio na desagregação de dados relacionados com o emprego e as actividades económicas das pessoas com deficiência e adaptar os instrumentos de recolha de dados.
- ▶ Estímulos de ligações entre os programas de IDDC com os centros de formação técnico-profissional e vocacional, empregadores e oportunidades de microcrédito, através da identificação, orientação, preparação e referência para o emprego.
- ▶ Fortalecimento do grupo de Facilitadores de Inclusão de Deficiência (FID) em Empoderamento Económico para apoiar o processo de inclusão de pessoas com deficiência no local de trabalho.

3.3. Resultados esperados e Parceiros

A nível do governo central, o programa pretende que:

- ▶ O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social e a Direcção Nacional do Trabalho estabeleçam quotas de emprego para pessoas com deficiência tanto no sector público assim como no privado; criam incentivos fiscais para empregadores privados que empregam pessoas com deficiência e promovem uma agenda de inclusão.
- ▶ O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social e a Direcção Nacional do Trabalho fornecem dados desagregados sobre pessoas com deficiência.
- ▶ Os Centros Públicos de Formação Técnico-Profissional e Vocacional geridos pelo Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cássimo (IFPELAC) são inclusivos em termos de metodologia de ensino, infraestruturas e materiais de aprendizagem para pessoas com deficiência.
- ▶ O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, responsável pelo ensino técnico, tem uma estratégia de inclusão para a formação técnica-profissional e vocacional de pessoas com deficiência em alinhamento com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).
- ▶ A Secretaria de Estado da Juventude e Emprego inclui pessoas com deficiência nos seus programas de subsistência para jovens e fornece dados desagregados de jovens com deficiência que acedem aos programas de subsistência.

A nível dos Governos provinciais e distritais, o programa pretende que:

- ▶ A Direcção Provincial do Trabalho, Emprego e Segurança Social de Sofala implemente uma política de emprego para pessoas com deficiência e monitore a sua aplicação no sector privado.
- ▶ As empresas membros da CTA (Confederação das Associações Económicas a nível de Sofala) empreguem proactivamente pessoas com deficiência nas suas empresas.
- ▶ O Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) e os programas da cadeia de valor incluam mulheres, homens e jovens com deficiência.
- ▶ Os serviços de microcrédito e outros serviços financeiros apoiem projectos de subsistência, iniciativas e empresas de pessoas com deficiência.
- ▶ A ONG Care for Life inclui mulheres e homens com deficiência nas suas actividades de subsistência (Associação Comunitária de Poupança e Empréstimo - ACPE, hortas familiares) e fornece apoio técnico a programas de IDDC sobre ACPE assim como o cultivo de hortas familiares.

4. INCLUSÃO DA DEFICIÊNCIA EM OUTRAS ÁREAS

4.1. Impacto esperado

A nossa visão para a inclusão da deficiência em outras áreas diferentes da educação ou empoderamento económico é que todos os parceiros de desenvolvimento e provedores de serviços em Moçambique sejam totalmente inclusivos e garantam a igualdade de acesso aos seus programas e serviços a raparigas, rapazes, mulheres e homens com deficiência e aos membros das suas famílias e comunidades.

O principal objectivo é ter todas as fases dos processos de desenvolvimento inclusivos e acessíveis às pessoas com deficiência, o que exigirá que todas as pessoas tenham igual acesso à educação, serviços de saúde, trabalho e emprego, e segurança social, entre outros.

4.2. Abordagem do Programa de Inclusão da Deficiência em outras áreas

O processo de inclusão das pessoas com deficiência da Light for the World centra-se no apoio a governos, ONGs internacionais, incluindo ONGs humanitárias, e empresas para tornar os seus serviços, projectos, programas e iniciativas acessíveis e inclusivos para as pessoas com deficiência e estabelece uma visão e compromisso para uma agenda de inclusão das pessoas com deficiência.

Tal será feito através de:

- ▶ Apoio a criação e transformação de organizações de pessoas com deficiência (OPD) a nível comunitário, provincial e nacional para reforçar a sua capacidade na realização de acções de advocacia eficazes.
- ▶ Desenvolvimento da especialização local através da Academia de Inclusão de da Deficiência com vista a prestar apoio técnico às outras organizações e desenvolver materiais (ferramentas, directrizes, pesquisa baseada em evidências, etc.).
- ▶ Prestação de apoio técnico sobre inclusão da deficiência às ONGs de desenvolvimento (nacionais e internacionais), do sector privado, centros de formação profissional, entidades e programas governamentais e organizações de jovens.
- ▶ **Envolvimento em diferentes coligações nacionais para defender os direitos das pessoas com deficiência, tais como:**
 - Grupos de Resposta Humanitária;
 - Grupos de Trabalho sobre Deficiência (a nível provincial e nacional);
 - Coligação de Cuidados de Saúde Ocular de Moçambique (MECC);
 - Grupo Técnico de Reabilitação 2030;
 - Grupos de trabalho ad-hoc que podem ser criados para lidar com uma questão específica.
- ▶ Criação de parcerias/colaboração estratégica com os principais actores tais como Banco Mundial, Delegação da União Europeia, Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento, Grupo de Doadores para a Educação, Movimento de Educação para Todos, ActionAid, USAID, Agências das Nações Unidas (UNICEF, OMS, UNFPA, PNUD, UNESCO, ACNUR, OHCHR, ONU Mulher etc.), OIT, Rede de Desenvolvimento da Primeira Infância e outras para a inclusão da deficiência.
- ▶ Prestação de apoio ao FAMOD a nível nacional com vista a desempenhar um papel activo e envolvimento na implementação dos ODS, CDPD e noutros quadros jurídicos nacionais, regionais e internacionais.
- ▶ Envolvimento, juntamente com o FAMOD e outras organizações que trabalham na área da deficiência, para apoiar o Instituto Nacional de Estatística, Instituto Nacional de Saúde, Autoridade Fiscal e Ministério dos Recursos Minerais e Energia para dados desagregados por deficiência através do uso das Questões do Grupo de Washington, bem como no processo de revisão dos quadros legais sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

- ▶ Apoio a implementação dos programas de Inclusão da Deficiência no Desenvolvimento Comunitário com vista a promover e alcançar o objectivo de desenvolvimento inclusivo baseado na comunidade para as pessoas com deficiência, trabalhando com elas para desenvolver as suas capacidades, abordar as suas necessidades específicas, assegurar a igualdade de oportunidades e direitos, e facilitar as suas acções de advocacia, assim como trabalhar com a comunidade e a sociedade em geral para remover as barreiras que excluem as pessoas com deficiência, e assegurar a participação plena e efectiva de todas as pessoas com deficiência em todas as áreas de desenvolvimento, em igualdade de circunstância com as outras.

A Light for the World acredita que a inclusão da deficiência é fundamental para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o seu compromisso central de não deixar ninguém para trás e alcançar os que mais necessitam. As políticas e programas de inclusão são investimentos sólidos na sociedade, pois beneficiam a todos, particularmente aqueles que enfrentam aspectos intersectoriais da exclusão, para assegurar que todas as pessoas sejam tidas em consideração e possam ter a sua voz ouvida e participar igualmente em todos os aspectos da vida. Trata-se de uma questão de igualdade de oportunidades, inclusão, justiça e crescimento económico. Sabemos que os custos da exclusão são demasiadamente elevados.

Portanto, a Light for the World trabalha para desenvolver novas ferramentas e abordagens através da criação de Laboratórios de Inovação Social. Estes laboratórios reúnem diferentes actores que querem trabalhar em desafios obstinados que estão a bloquear a participação de pessoas com deficiência. Juntos, os actores desenvolvem e testam soluções a uma escala relativamente pequena. Quando essas soluções se revelarem bem-sucedidas, podem ser massificadas ou integradas em programas de desenvolvimento.

5. REABILITAÇÃO MÉDICA

5.1. A Nossa Visão

Todas as mulheres, homens, raparigas e rapazes em Moçambique têm serviços de reabilitação médica, adequados, de qualidade, inclusivos e a preços acessíveis, com recursos humanos e infraestruturas adequadas. Os serviços de reabilitação médica estão fortemente ligados aos serviços de reabilitação comunitária através de programas de Inclusão da Deficiência no Desenvolvimento Comunitário e outros programas comunitários em áreas urbanas e rurais.

O plano estratégico Rehab2030 do Ministério da Saúde está estabelecido e reforça o sistema de saúde na prestação de serviços de reabilitação para todos, incluindo pessoas com deficiência em áreas urbanas e rurais, em conformidade com o ODS3 e a CDPD. Isto significa que para que todos possam usufruir de todos os benefícios sociais, económicos e da reabilitação de saúde, devem estar disponíveis intervenções de reabilitação de alta qualidade e a preços acessíveis. Em muitos casos, isto significa iniciar a reabilitação logo que uma condição de saúde seja constatada e continuar a realizar a reabilitação juntamente com outras intervenções de saúde.

5.2. Abordagem do Programa de Reabilitação Médica

O programa pretende que o Ministério da Saúde preste serviços de reabilitação médica acessíveis a todas as raparigas, rapazes, mulheres e homens a nível primário e comunitário nas zonas urbanas e rurais, através de:

- ▶ Um plano estratégico nacional de reabilitação que assegure a inclusão dos direitos das mulheres e dos homens com deficiência no acesso a serviços de reabilitação médica adequados, de qualidade e a preços acessíveis.

- ▶ Um forte Programa Nacional de Medicina Física e Reabilitação que presta serviços de reabilitação em todo o país e totalmente integrado no MISAU.
- ▶ Apoio à formação e capacitação de recursos humanos especializados em serviços de reabilitação (fisioterapia e ortoprótese).
- ▶ Fornecimento de equipamento, consumíveis e medicamentos adequados aos serviços de reabilitação.
- ▶ Promoção de serviços de reabilitação a nível comunitário através dos programas de Inclusão da Deficiência no Desenvolvimento Comunitário e outros programas comunitários.
- ▶ Criação de um forte sistema de identificação e referência precoce (prévio).
- ▶ Apoio a centros ortopédicos para o fornecimento de tecnologias assistivas ou meios auxiliares (meios de compensação).
- ▶ Apoio a integração dos dados desagregados dos serviços de reabilitação no sistema de informação da saúde para monitoria e avaliação (SISMA) do Ministério da Saúde.

6. ACÇÃO HUMANITÁRIA

6.1. Nossa Visão

Os actores humanitários primam pela inclusão da deficiência e aplicam a abordagem baseada nos direitos humanos nas suas intervenções humanitárias de acordo com a CDPD e quadros globais de emergência e promovem a participação das OPD e das pessoas com deficiência nas fases de mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Todas as mulheres e homens com deficiência em Moçambique afectados por catástrofes naturais, alterações climáticas, pandemias, conflitos armados e outros desastres, têm pleno e igual acesso e estão incluídos nas respostas/ acções humanitárias.

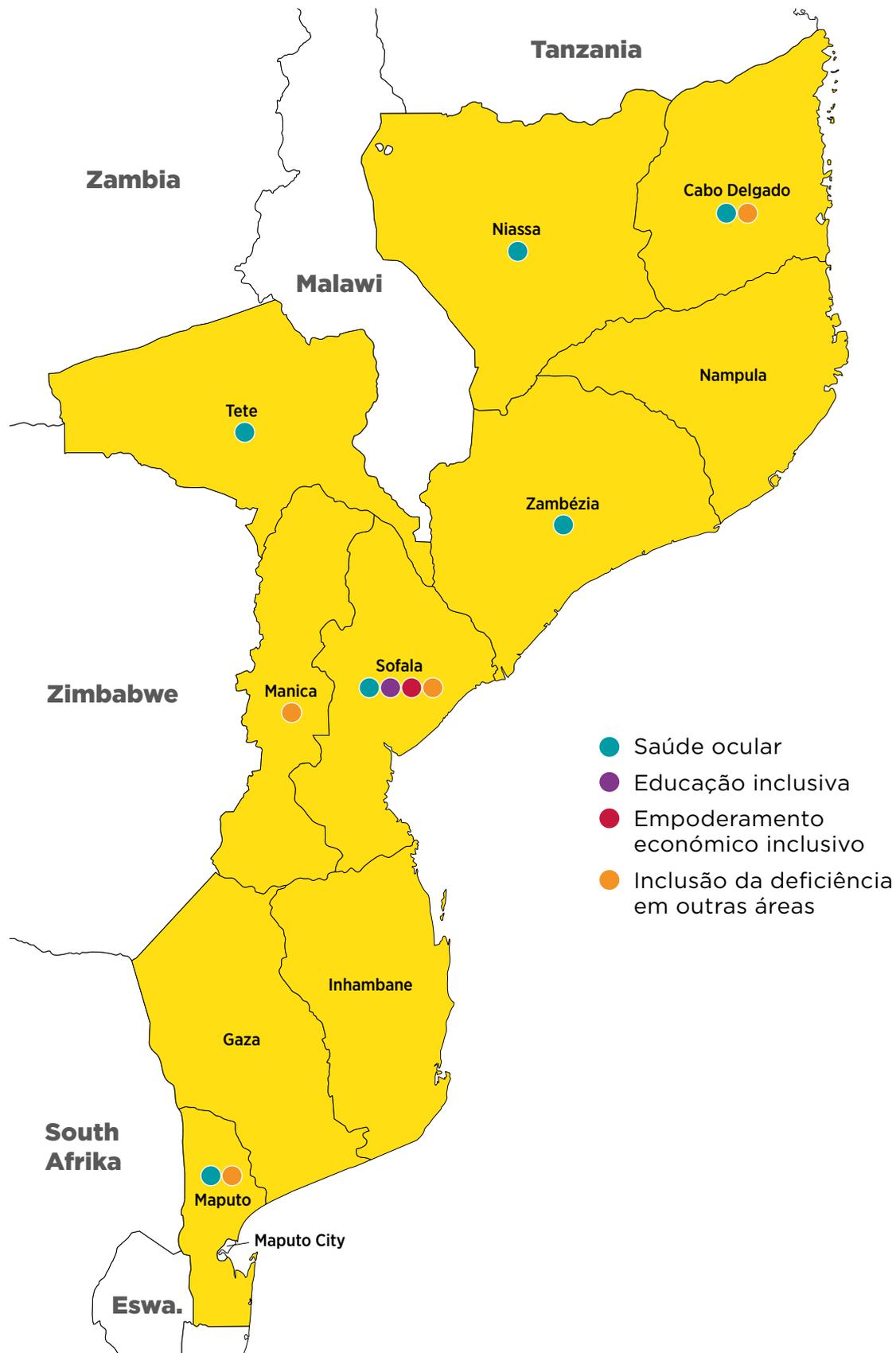
6.2. Abordagem do Programa de Resposta Humanitária

Em apoio à Visão supracitada, o programa pretende que todas as mulheres e homens com deficiência tenham plena participação e igual acesso à resposta/acção humanitária, em conformidade com a CDPD e outras políticas de emergência, através de:

- ▶ Desenvolvimento de capacidades dos actores humanitários ou ONGs nacionais e internacionais na inclusão de deficiência, incluindo entidades governamentais de gestão de desastres naturais.
- ▶ Criação de uma Academia de Inclusão da Deficiência para estimular o desenvolvimento de Facilitadores de Inclusão da Deficiência
- ▶ Capacitação das Organizações de Pessoas com Deficiência para participarem activamente nas acções de resposta humanitária (mitigação, preparação, resposta e fases de recuperação).
- ▶ Adaptação ou desenvolvimento de ferramentas para recolher dados desagregados por deficiência.
- ▶ Fortalecimento do Grupo de Trabalho de Deficiência para a participação activa e prestação de apoio técnico a outros diferentes dos sistemas de resposta a crises humanitárias.

E. FOCO GEOGRÁFICO

Este Plano Estratégico 2021-2025 será implementado em Moçambique, abrangendo 7 das 11 províncias, como mostra o mapa abaixo por área de mandato.



Províncias	Saúde ocular	Educação inclusiva	Empoderamento económico inclusivo	Inclusão da deficiência em outras áreas
Sofala	●	●	●	●
Cabo Delgado	●			●
Niassa	●			
Zambézia	●			
Tete	●			
Manica				●
Maputo	●			●





F. GLOSSÁRIO

CAD	Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento
ADPP	Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo
AMJUDE	Associação de Jovens Moçambicanos com Deficiência
RBC	Reabilitação Baseada na Comunidade
CMAM	Centro de Medicamentos e Produtos Médicos (Ministério da Saúde)
COECSA	Colégio de Oftalmologia da África Central e Austral
CTA	Confederação das Associações Económicas
IDDC	Inclusão de Deficiência no Desenvolvimento Comunitário
FID	Facilitadores de Inclusão da Deficiência
DPE	Direcção Provincial de Educação
OPD	Organizações de Pessoas com Deficiência
CDPI	Cuidados e Desenvolvimento da Primeira Infância
DPI	Desenvolvimento da Primeira Infância
EE	Empoderamento Económico
FAMOD	Fórum de Associações Moçambicanas de Deficientes
IAPB	Agência Internacional para a Prevenção da Cegueira
EI	Educação Inclusiva
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura
IFPELAC	Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cássimo
MECC	Coligação de Cuidados Oculares de Moçambique
MEPT	Movimento de Educação para Todos
MISAU	Ministério da Saúde
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
NGO	Organização Não-Governamental
R2C	Ready-to-Clip (Pronto a deslizar)
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
SOE	Saúde Ocular Escolar

SISMA	Sistema de Informação da Saúde para Monitoria e Avaliação
CFP	Centros de Formação Profissional
CDPD	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNILÚRIO	Universidade Lúrio
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
ACPE	Associações Comunitárias de Poupança e Empréstimos
OMS	Organização Mundial de Saúde



PUBLICAÇÃO

Edição: Light for the World

Editores: Zacarias Zicai, Klaus Minihuber

Imagens: Light for the World, Mango Sound, Ulrich Eigner

Design Gráfico: Susanne Fröschl

Todos os dados são de Julho de 2021

CONTACTO

Light for the World Moçambique

Endereço: Rua Brito Capelo nº 166, Beira - Palmeiras 1, Sofala

Fone: +258-23-312797

Fax: +258-23-312797

Email: mozambique@light-for-the-world.org

www.light-for-the-world.org/Mozambique

